1001038-36.2017.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB: 32917/DF). Agravado: Antonio Ariston Alves Rabelo. Advogado: Antônio Batista de Souza (OAB: 409/AC). Advogada: Luena Paula Castro de Souza (OAB: 3241/AC). Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Prevenção ao Magistrado.

1001039-21.2017.8.01.0000 - Agravo de Instrumento. Agravante: URBPLAN DESENVOLVIMENTO URBANO S.A. e outro. Advogado: Adriano Galhera (OAB: 173579/SP). Agravado: TIAGO TELES DE SOUZA MENDONÇA e outro. Advogado: Kátia Siqueira Sales (OAB: 4264/AC). Relator(a): Roberto Barros. Tipo de distribuição: Sorteio.

Tribunal Pleno Jurisdicional

1001040-06.2017.8.01.0000 - Revisão Criminal. Revisando: CAMILO PAI-MA MARIANO. Advogado: Cristiano Vendramin Cancian (OAB: 3548/AC). Revisionado: Vara de Delitos de Drogas e Acidentes de Trânsito. Relator(a): Regina Ferrari. Tipo de distribuição: Sorteio.

Rio Branco, 17 de julho de 2017.

PORTARIA Nº 1511 / 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, DESEMBARGADORA **DENISE CASTELO BONFIM**, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 16, II da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 e no art. 51, I do Regimento Interno,

RESOLVE:

Designar o magistrado Afonso Braña Muniz, titular da Vara Cível da Comarca de Senador Guimard, para responder pela Direção do Foro naquela Comarca, no período de 3 de julho a 1º de agosto de 2017.

Publique-se.

Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**
Presidente

Rio Branco-AC, 14 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**, Presidente, em 17/07/2017, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE RETRANSMISSÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE A SUA TITULAR

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, a Desembargadora Denise Castelo Bonfim reassumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, transferido ao Desembargador Francisco Djalma da Silva de acordo com o artigo 1º, da Lei Complementar nº 264, de 23 de julho de 2013; o artigo 17, §1º, da Lei Complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2010, e o artigo 52, I, do Regimento Interno. Do que, para constar, eu, Belª Denizi Reges Gorzoni, Diretora Judiciária, fiz digitar o presente, que subscrevo, juntamente com as autoridades nele nominadas.

Rio Branco-AC, 05 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**, Presidente, em 05/07/2017, às 19:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **FRANCISCO DJALMA da Silva**, Desembargador(a), em 13/07/2017, às 12:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Denizi Reges Gorzoni**, Diretor(a), em 14/07/2017, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Processo Administrativo nº: 0002687-53.2017.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: ASJUR

Relator: Desembargadora Denise Bonfim

Requerente: Dilog

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto: Contratação - Serviços Bancários

DECISÃO

AUTORIZO, com fundamento no art. 24, inciso V, da Lei Federal 8.666/93, a

continuidade do procedimento administrativo, objetivando a contratação direta, por dispensa de licitação, em favor do BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91, para: 1- processamento de pagamento de obrigações do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com terceiros, excetuando transações de folha de pagamento e depósito judicial, incluindo pagamentos a fornecedores e contratados a qualquer título, bem como a quaisquer outros pagamentos eletrônicos de boletos ou transferências de recursos financeiros em favor de instituições públicas ou privadas, bem como sua disponibilização (pagamento) aos destinatários nas respectivas contas correntes, 2- recebimento de valores em favor deste Tribunal (cobrança eletrônica, depósito identificado e arrecadação de guias) e 3- acessibilidade de saldos, extratos e aplicação financeira via web, nos moldes convencionados nos autos em epígrafe, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis .

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Logística para a adoção das medidas necessárias.

Publique-se e cumpra-se.

Rio Branco-AC, 14 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**, Presidente, em 14/07/2017, às 19:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 015/2016 Processo nº 0004539-49.2016.8.01.0000

PARTES COOPERANTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÃO.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 015/2016, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) e a Prefeitura Municipal de Jordão, por mais 24 (vinte e quatro) meses, pelo período de 13/07/2017 a 13/07/2019.

DATA DE ASSINATURA: 13/07/2017.

ASSINAM: A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargadora Denise Bonfim e o Prefeito do Município de Jordão, Élson de Lima Farias.

Processo Administrativo nº: 0004136-46.2017.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: ASJUR

Relator: Desª Denise Bonfim

Requerente: Gerência de Bens e Materiais, Diretoria de Logística, Diretoria Regional do Vale do Acre

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto: Adesão ARP nº 04/2016 - Instituto Federal Triângulo Mineiro Campus Patrocínio

DECISÃO

Diante das informações contidas nos autos, ACOLHO o Parecer ASJUR (evento 0246618) e AUTORIZO a adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2016, gerenciada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, para tender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, quanto a aquisição de 5.000 (cinco mil) etiquetas de identificação patrimonial, no valor total de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais), junto a empresa FAZAN & CIA LTDA.

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Logística para adoção das medidas necessárias.

Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco-AC, 17 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por Desembargadora **DENISE CASTELO BONFIM**, Presidente, em 17/07/2017, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Processo Administrativo nº: 0003584-81.2017.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Requerente: Abdulcarim Almeida Tobu

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto: Morosidade Processual